

ESTILO DE VIDA E RESISTÊNCIA CULTURAL: UM ESTUDO SOBRE A COMUNIDADE RASTAFÁRI DO LUBANGO

LIFESTYLE AND CULTURAL RESISTANCE: A STUDY OF THE RASTAFARI COMMUNITY OF LUBANGO

ESTILO DE VIDA Y RESISTENCIA CULTURAL: UN ESTUDIO SOBRE LA COMUNIDAD RASTAFARI DE LUBANGO

Júlio Marcente Carlos¹

Anselmo do Nascimento Pambassangue Vieira²

Alice Thovi Dumbo³

RESUMO: O presente estudo tem como objectivo analisar o estilo de vida e a resistência cultural da comunidade rastafári residente no Lubango, compreendendo suas crenças, símbolos, práticas e formas de espiritualidade, bem como sua articulação com a história africana e a diáspora. A relevância da investigação reside na necessidade de compreender o rastafarianismo como um movimento que ultrapassa fronteiras religiosas, revelando-se como filosofia de vida, forma de resistência política e instrumento de reconstrução identitária para populações negras marginalizadas. A importância deste trabalho manifesta-se na valorização do legado africano e na descolonização dos saberes, permitindo ressignificar práticas culturais muitas vezes estigmatizadas, como o uso ritual da cannabis, os dreadlocks e a adopção de símbolos etíopes. Além disso, contribui para a compreensão de como os rastafáris transformam discriminação e marginalização em elementos de identidade e força colectiva, reafirmando a espiritualidade como base de emancipação cultural. A metodologia utilizada foi de natureza básica, com carácter analítico e abordagem qualitativa. O estudo combinou revisão bibliográfica com um estudo de caso junto a 16 rastafáris no Lubango. Como técnicas, recorreu-se a entrevistas semiestruturadas, análise de conteúdo temática e triangulação, o que garantiu validade científica. Os resultados revelam que os rastafáris reconhecem a Etiópia como centro espiritual, atribuem a Marcus Garvey e Haile Selassie papéis proféticos e messiânicos, ressignificam símbolos culturais como pedagogia de resistência e enfrentam discriminação social convertendo-a em distinção espiritual. Conclui-se que o movimento, mais do que religião, constitui prática viva de descolonização e construção identitária.

2686

Palavras-chave: Estilo de Vida. Resistência Cultural. Comunidade Rastafári. Lubango.

¹Licenciado em Sociologia da Educação no Instituto Superior Politécnico Sinodal - ISPS
<https://orcid.org/0009-0006-8404-1935>

² Mestrando em Desenvolvimento Curricular no ISCED- HUÍLA. Docente no Instituto Superior Politécnico Sinodal - ISPS. <https://orcid.org/0009-0002-2429-8625>

³Licenciada em Sociologia da Educação no Instituto Superior Politécnico Sinodal - ISPS
<https://orcid.org/0009-0007-9988-6997>

ABSTRACT: This study aims to analyze the lifestyle and cultural resistance of the Rastafarian community residing in Lubango, understanding their beliefs, symbols, practices, and forms of spirituality, as well as their connection with African history and the diaspora. The relevance of this research lies in the need to understand Rastafarianism as a movement that transcends religious boundaries, revealing itself as a philosophy of life, a form of political resistance, and an instrument of identity reconstruction for marginalized Black populations. The importance of this work lies in the appreciation of the African legacy and the decolonization of knowledge, allowing for the redefinition of often stigmatized cultural practices, such as the ritual use of cannabis, dreadlocks, and the adoption of Ethiopian symbols. Furthermore, it contributes to the understanding of how Rastafarians transform discrimination and marginalization into elements of identity and collective strength, reaffirming spirituality as the basis of cultural emancipation. The methodology used was basic, analytical, and qualitative. The study combined a literature review with a case study of 16 Rastafarians in Lubango. The techniques used included semi-structured interviews, thematic content analysis, and triangulation, ensuring scientific validity. The results reveal that Rastafarians recognize Ethiopia as a spiritual center, attribute prophetic and messianic roles to Marcus Garvey and Haile Selassie, resignify cultural symbols as a pedagogy of resistance, and confront social discrimination by converting it into spiritual distinction. It is concluded that the movement, more than a religion, constitutes a living practice of decolonization and identity construction.

Keywords: Lifestyle. Cultural Resistance. Rastafarian Community. Lubango.

RESUMEN: Este estudio busca analizar el estilo de vida y la resistencia cultural de la comunidad rastafari residente en Lubango, comprendiendo sus creencias, símbolos, prácticas y formas de espiritualidad, así como su conexión con la historia africana y la diáspora. La relevancia de esta investigación radica en la necesidad de comprender el rastafarianismo como un movimiento que trasciende las fronteras religiosas, revelándose como una filosofía de vida, una forma de resistencia política y un instrumento de reconstrucción de la identidad para las poblaciones negras marginadas. La importancia de este trabajo reside en la apreciación del legado africano y la descolonización del conocimiento, permitiendo la redefinición de prácticas culturales a menudo estigmatizadas, como el uso ritual del cannabis, las rastas y la adopción de símbolos etíopes. Además, contribuye a la comprensión de cómo los rastafaris transforman la discriminación y la marginación en elementos de identidad y fuerza colectiva, reafirmando la espiritualidad como base de la emancipación cultural. La metodología utilizada fue básica, analítica y cualitativa. El estudio combinó una revisión bibliográfica con un estudio de caso de 16 rastafaris en Lubango. Las técnicas empleadas incluyeron entrevistas semiestructuradas, análisis de contenido temático y triangulación, lo que garantizó la validez científica. Los resultados revelan que los rastafaris reconocen a Etiopía como un centro espiritual, atribuyen roles proféticos y mesiánicos a Marcus Garvey y Haile Selassie, replantean los símbolos culturales como una pedagogía de resistencia y confrontan la discriminación social convirtiéndola en una distinción espiritual. Se concluye que el movimiento, más que una religión, constituye una práctica viva de descolonización y construcción de identidad.

2687

Palabras clave: Estilo de vida. Resistencia cultural. Comunidad rastafari. Lubango.

INTRODUÇÃO

O estudo do movimento rastafári e de sua presença no contexto angolano, em especial na cidade do Lubango, constitui uma oportunidade relevante para compreender como práticas culturais de origem diaspórica se reconfiguram em diferentes territórios africanos. O rastafarianismo, tem origem e data ambígua, para alguns surgiu na Etiópia em 900 Antes de Cristo, para outros em 1880 (na Etiópia), e outra perspectiva diz ter surgido na Jamaica nos anos 1930 a partir das experiências de descendentes de africanos escravizados, é simultaneamente religião, filosofia de vida, movimento social e expressão estética. Sua complexidade o torna um campo fértil para a investigação sociológica, pois articula dimensões históricas, políticas, espirituais e culturais.

O rastafári é marcado pela reverência a Haile Selassie I, último imperador da Etiópia, considerado pelos adeptos como a encarnação viva de Jah, e pela inspiração nas mensagens proféticas de Marcus Garvey, intelectual e activista jamaicano que defendeu a unificação dos povos africanos e a repatriação simbólica ao continente. Como sublinha Presta (2015), o movimento deve ser interpretado como fruto da diáspora africana e, ao mesmo tempo, como proposta de libertação cultural e espiritual. Desse modo, os rastafáris não se limitam a um sistema religioso institucionalizado, mas configuram uma forma de resistência contra o racismo estrutural, a colonialidade e a hegemonia cultural eurocêntrica.

2688

Em Angola, o rastafarianismo tem ganhado visibilidade principalmente entre jovens urbanos, que encontram na estética, na música reggae e nos símbolos rastas um espaço de expressão identitária. O caso da comunidade rastafári do Lubango revela especificidades desse processo: embora enraizados em tradições globais do movimento, os rastas locais reinterpretam símbolos, crenças e práticas à luz das suas próprias realidades históricas e culturais. Como ressalta Gomes (2022), o rastafári é uma “teologia africana da libertação” que articula memória, espiritualidade e política em uma narrativa contra-hegemónica.

O interesse científico por esse estudo justifica-se pela necessidade de compreender como grupos culturais minoritários constroem alternativas de pertencimento e resistência em sociedades marcadas por desigualdades sociais e pelo legado colonial. O rastafarianismo, enquanto objecto de análise, desafia categorias fixas: pode ser visto como religião, filosofia, movimento político ou estilo de vida. Essa ambivalência, longe de ser um limite, amplia seu potencial explicativo, pois permite perceber como sujeitos sociais ressignificam sua própria condição histórica.

Ademais, a investigação sobre os rastafáris do Lubango possibilita dialogar com a teoria pós-colonial e com as epistemologias do Sul, ao valorizar saberes e práticas frequentemente marginalizados pela ciência dominante. A análise de símbolos como os dreadlocks, as cores verde, amarelo e vermelho, o leão da tribo de Judá e o uso ritual da cannabis, demonstra que tais elementos não se reduzem a simples escolhas estéticas, mas constituem linguagens de resistência cultural. Como argumenta Akinyemi (2020), a estética rasta deve ser entendida como política do corpo, em que o corpo se transforma em território de luta e de afirmação identitária.

No contexto angolano, marcado por tensões sociais e por processos de reconstrução nacional após longos períodos de conflito, a presença rastafári aponta para formas alternativas de espiritualidade e sociabilidade. As entrevistas realizadas junto aos 16 participantes revelam narrativas que associam a fé em Jah à luta contra discriminações sociais, ao resgate da africanidade e à crítica ao modelo de modernidade imposto pelo Ocidente. Nessa perspectiva, a marginalização sofrida por esses grupos é reinterpretada como distinção espiritual, reforçando sua coesão comunitária.

Esta investigação busca ampliar o conhecimento científico sobre o movimento rastafári no Lubango, contribuindo para o debate sobre identidade cultural, resistência política e religiosidade afrocentrada. O rastafarianismo, mais do que uma crença, constitui-se como projecto de emancipação e horizonte de futuro, reafirmando que a espiritualidade e a cultura são dimensões centrais na luta por dignidade e liberdade.

2689

CONTEXTO HISTÓRICO DO RASTAFARISMO

Rastafarismo é um movimento que reverência Haile Selassie I, o ex-imperador da Etiópia, como Rei dos reis, Senhor dos senhores e Leão conquistador da tribo Judá. O nome Rastafári vem do amárico, que significa: *Ras* - “cabeça, príncipe”; *Tafari* - “paz”, ou seja, “Príncipe da Paz”.

Este foi o nome da pré-coroação de Haile Selassie I, Ras Tafari Makonnen, e assim foi adoptado o nome Rastafári para os seguidores desta crença (Oliveira, s/d). Existem uma controvérsia sobre a origem do rastafarismo, pois, alguns dizem que tem origem na Jamaica, como assegura Oliveira (s/d) o movimento Rastafári surge na Jamaica entre a classe camponesa e industrial em meados de 1930.

Percebe-se que para Oliveira o movimento rastafári tem suas origens na América Latina, mas concretamente na Jamaica país que por sinal tem uma cultura com traços de rastafári onde a religião e a música são os elementos culturais mais emblemáticos.

Nesta sequência de ideias Gomes, (2016, p. 3) assegura que o “movimento Rasta nasceu na Jamaica no século XX por volta dos anos 30”.

Torna-se claro que para alguns autores o movimento rastafarismo tem origem na Jamaica, como se pode verificar nos parágrafos acima.

Freitas (2018, p. 1), reforça a tese da origem do rastafarismo na Jamaica,

O movimento Rastafári foi concebido no auge das revoltas populares que atravessaram a Jamaica e quase todo o Caribe durante a década de 1930. O coroamento de Haile Selassie I – também denominado Rás Tafári – como imperador da Etiópia em agosto de 1930 foi o evento que marcou a origem histórica do movimento Rastafári na Jamaica.

Porém, Bezerra (2012), apresenta uma perspectiva diferente, ao afirmar que em conversa informal com um Rasta, foi imediatamente corrigida quando mencionou que a origem do movimento Rastafári teria nascido na Jamaica. Ele (Rasta) afirmou que a raiz histórica do movimento Rastafári está no passado distante e em uma localização geográfica diferente: na Etiópia.

Nesta linha de raciocínio o Rastafári, em conformidade com Ras Sidney Rocha (2010), é um movimento de origem etíope, portanto, na África. Surgiu aproximadamente em 900 a.C. segundo o livro etíope *Kebra Negast (Glórias dos Reis)*, que conta a história dos reis e rainhas descendentes de Salomão, tendo como o último herdeiro o rei Ras Tafari Makonnen (Haile Selassie I), coroado imperador na década de trinta do século XX.

Apesar de o movimento em si não ter se originado nesse país, é mantida a conexão entre o Rastafári e a Etiópia pelo seu valor histórico na construção da revelação bíblica por meio de um movimento religioso denominado de Etíopianismo, resultado da agitação em torno da liberdade religiosa e política no período colonial moderno.

O movimento teve seu início na década de 1880 quando missionários sul-africanos começaram a fundar igrejas totalmente africanas, como a Igreja Tribal Tembu (1884) e a Igreja da África (1889), as quais buscavam independência do ethos cristão europeu. Mangena Mokone, ex-pastor wesleyano, cunhou o termo quando fundou a Igreja Etíope em 1892 (Bezerra, 2012, p. 77).

Aos africanos era negado o direito de avançar na hierarquia eclesiástica das igrejas missionárias por motivos unicamente raciais, o que causava grande descontentamento. Bezerra (2017) assevera que os africanos também almejavam um cristianismo mais africano, assim como a restauração da vida tribal e autonomia política e cultural. O facto de a Etiópia ter

vencido o exército italiano em 1896 e em 1936, assim como o facto de o país ser frequentemente mencionado na Bíblia (refere-se à Etiópia como Kush ou Cush) transformou a palavra Etiópia num símbolo da dignidade africana e do lugar do povo negro na dispensação divina. Igrejas etíopes se originaram a partir de igrejas missionárias, sendo a interseção entre elas o sistema de crenças e de culto e a diferença sendo as práticas culturais e étnicas, principalmente na postura anticolonial e na idealização da África.

Talvez seja necessário conciliar as divergências apresentadas acima compreendendo Presta (2015), o movimento Rastafári foi fruto da diáspora africana pelo mundo e surgiu como uma proposta de liberdade e igualdade para o povo negro. A cultura Rastafári apresenta raízes milenares no continente africano e na história etíope, mas formalizou-se na Jamaica, como impulso da diáspora negra em meados da década de 1930, a partir da fusão de práticas culturais de ex-escravos de origem africana, com interpretações próprias do Antigo Testamento, aliadas às ideias do movimento pan-africanista, seguindo as palavras do activista e poeta jamaicano Marcus Garvey.

Presta (2015) ainda refere que o pan-africanismo é uma ideologia oriunda de um movimento iniciado no final do século XIX e início do século XX, propondo, basicamente, a unificação de todos os povos africanos. O intuito dessa união era potencializar as vozes da África no contexto internacional. A expansão do movimento aconteceu a partir dos anos de 1920, tendo sido mais defendido, inicialmente, fora da África, entre os descendentes dos escravos africanos e emigrantes na diáspora.

Fica claro que o pan-africanismo é uma ideologia que propõe a união de África como forma de potenciar a voz do continente no contexto internacional, em parte responsável pelo surgimento da Organização de Unidade Africana.

O activista jamaicano Marcus Mosiah Garvey, é conhecido como o principal profeta e pilar fundamental para a formalização do movimento Rastafári na Jamaica. Garvey empreendeu uma jornada de viagens de pendor ativista pelas Américas e pela Europa. Souza (2012) afirma que nessas andanças, ele percebeu o processo de exploração que sofria a grande maioria da população subjugada e o tratamento diferenciado e inferiorizado que recebiam. Lutando pelo progresso dos negros, Garvey fundou a Liga das Comunidades Africanas, a Corporação Negra de Indústrias e a Associação Universal pela Conservação e Aperfeiçoamento do Negro. Esta última deu origem a U. N. I. A. - *Universal Negro Improvement Association*, em Português *Associação Universal para o Progresso Negro* que encontrou adeptos em

diversos países. A repatriação era um ponto importante das ideias de Garvey e representava a volta dos descendentes de africanos à terra mãe África, berço de seus ancestrais. Benjamin (2013, p. 13) assevera que “a U.N.I.A. cresceu para se tornar a maior organização negra de todos os tempos, envolvendo aproximadamente cinco milhões de membros activos no mundo”.

“Voltem-se para a África, lá será coroado o Rei Negro. Ele será o Redentor”. White (2013, p. 25), interpreta essa frase como uma das principais profecias de Garvey. A realização dessa profecia para os Rastafáris deu-se na década de 1930, quando Haile Selassie I foi coroado Rei da Etiópia.

PRINCIPAIS CRENÇAS DO RASTAFARISMO

A cultura rastafári engloba diversas crenças, dentre as quais Rabelo (2006) destaca:

Haile Selassie é o Deus vivo, o Cristo encarnado;

A Etiópia é o lar do homem negro;

A repatriação é a forma de redenção para o negro;

As atitudes do homem branco são más, especialmente para com os negros.

2692

PRINCIPAIS SÍMBOLOS

Como todo sistema cultural, o rastafarismo possui diversos símbolos que orientam suas práticas socioculturais. Dentre esses símbolos pode-se encontrar:

A ideia de Babilónia - Para os rastas a imagem da Babilónia possui muitos significados, porém o uso mais comum, refere-se ao sistema capitalista e imperialista ou à civilização ocidental como um todo (Rabelo, 2006, p. 375).

O simbolismo do fogo - Algumas das expressões usadas pelos rastas para repreender aquilo que eles consideram negativo, são as expressões “*fire*”, “*burn*” ou “*burn Babilony*”. Normalmente em todos Tabernáculos *Nyabinghi*, existe uma fogueira que não deve ser apagada, até que o cerimonial termine, tal fogueira é usada simbolicamente, para queimar todo mal que venha da Babilónia (Rabelo, 2006, p. 375).

O simbolismo das cores - Verde, Amarelo e Vermelho. O verde significa a fertilidade e vegetação africana. O amarelo significa a riqueza africana. O vermelho significa o sangue dos

africanos que tem sido e seria derramado pela libertação, dignidade e liberdade dos africanos (Rabelo, 2006, p. 375).

Cores da bandeira etíope e da unificação africana. Têm os mesmos significados, pois indicando unidade das vozes de África, tanto é que se verifica o leão está estampado na bandeira da Etiópia e do Movimento Rastafári.

As dreads

Um dos símbolos mais evidenciados dentro da cultura rastafari são as *dreads*, que de acordo com Souza (2012, p. 52) são consideradas por esta cultura como uma coroa, símbolo de sua devoção a Deus. As *dreads* simbolizam o voto Nazireu, voto feito no momento em que decidem optar por uma vida Rastafári.

Os dread ou tranças-mechas dos rastafaris são idênticos aos cabelos dos saddhus da Índia bem como a idéia do uso da marijuana com finalidades rituais.

O USO DA CANNABIS SATIVA - LIAMBA

O rastafarismo advoga que a cannabis sativa não seria uma droga, mas uma erva dada por *Jah* como alimento físico, mental e espiritual. A erva, como habitualmente é chamada, é usada no contexto dos rastas para purificação, para repelir os maus espíritos, para tratar doenças e para afastar todo o mal trazido pela Babilônia (José, 2011).

Para advogar o uso da “*erva sagrada*” os rasta recorrem as escrituras bíblicas, em Genesis 2:29: “E disse Deus: Eis que vos tenho dado toda a erva que dê semente, que está sobre a face de toda a terra; e toda a árvore, em que há fruto que dê semente, ser-vos-á para mantimento.”

IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO RASTAFÁRI NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Vários autores concordam que o movimento Rastafarimos tem um papel preponderante na valorização da herança africana e a construção da identidade e consciência negra na Jamaica.

Tanto Norris (1962) quanto Barrett (1968), assim como diversos outros autores confirmam seu papel preponderante nesse processo de ruptura com os padrões britânicos e construção e reconstrução de um novo conceito identitário para a nação. Barrett (1968, p. 170) afirma que “a sensação de identidade pessoal é um factor sem precedentes no apelo e no impacto que o movimento [Rastafári] exerce sobre a sociedade jamaicana.”

Ao tentar valorizar exactamente aquilo que era desmerecido na visão de mundo europeia, os Rastafáris estavam rompendo com o ciclo de inferiorização dos elementos africanos presentes na cultura jamaicana, tais como a cor da pele, os cabelos, as roupas ou as tradições religiosas.

Barrett (1968, p. 170) ainda afirma que, “o movimento proporciona um *sensu de identidade* para um segmento da sociedade que perderia todo o sentido de significado sem ele. A maioria dos membros entrevistados nessa pesquisa disse que se tornou membro para encontrar identidade”.

A religião proporciona um forte ‘sentimento de nós’, demonstrado pelo uso da barba e dos dreads. Os que não usam barba e dreads usam uma boina com as cores da Etiópia.

O processo de formação da identidade se realiza a partir das experiências de vida, nas memórias e nos hábitos do indivíduo através de um processo de reflexão e observação, ligando o sujeito a referências constituídas pela interseção entre sua história individual e o grupo em que vive.

Já a construção da identidade cultural é formada a partir da língua, dos símbolos (o hino, a bandeira ou os brasões), dos mitos fundadores. Os rituais, as tradições e/ou textos transmitidos de uma geração para a outra, os eventos históricos, a filosofia, as ideologias presentes na mídia, na economia e na política são elementos que contribuem para a formação de imagens e cenários que levam o homem a se contemplar compartilhando delas, inculcando em cada membro do grupo o sentimento de pertencimento àquelas narrativas. Rastafári contribui como dois elementos que impulsionaram a formação da identidade jamaicana: a valorização da cultura, heranças africanas e a repatriação.

Uma das polêmicas causadas pelo movimento Rastafári reside na sua própria definição. Afinal, Rastafári é uma religião, um movimento social, um movimento político, uma seita milenarista ou um modo de vida? Diferentes autores apresentam diferentes percepções, de acordo com o contexto em que cada um está inserido, sua percepção pessoal ou sua vivência com o grupo.

A julgar pela própria gênese do movimento, Rastafári pode conter elementos de todas as hipóteses acima. Segue-se uma sequência cronológica para descrever as diferentes perspectivas apresentadas. Os primeiros estudos acadêmicos sobre Rastafári foram realizados por George Simpson, professor emérito de Oberlin College, localizado no Estado de Ohio (EUA) na década de 1950.

Para Simpson (1980), Rastafári representa primordialmente uma forma religiosa, pois o autor se refere ao movimento como ‘seita’ e a seus participantes como ‘cultuadores’. Porém, Simpson não deixa de perceber o movimento em seu papel sóciopolítico, quando afirma que “um grupo Rastafári oferece oportunidades para actividade política” (1980, p. 221), tanto dentro da instituição por meio de sua organização interna e dos tópicos discutidos em suas reuniões, quanto em função de sua postura diante do cenário político da Jamaica, já que seus membros se abstêm de participar dos processos políticos e eleitorais do país: “Uma vez que os Rastafáris desmerecem todos aqueles associados com política e governo, eles dizem que é em vão participar de comícios, aceitar as obrigações políticas ou votar.” (Ibidem.)

Simpson (1955, p. 170) classifica Rastafári como um movimento semireligioso e semipolítico. “Rastafári” é uma seita milenarista jamaicana cujas doutrinas de rejeição social postulam uma terra prometida na África como um todo (e Etiópia em particular) onde vive seu salvador e líder na terra, Haile Selassie” (Nettleford, 1972, p. 21).

Uma religião milenarista é aquela que promete uma transformação da presente ordem mundial em um mundo novo e melhor.

METODOLOGIA

2695

A metodologia constitui a base de qualquer investigação científica, por guiar a escolha dos métodos e procedimentos utilizados para alcançar os objetivos propostos. Assim, este estudo caracteriza-se, quanto à natureza, como uma investigação básica, uma vez que busca ampliar a compreensão científica sobre o movimento rastafári, em particular no contexto da cidade do Lubango, sem a pretensão imediata de aplicação prática (Gil, 2019).

No que diz respeito aos objetivos, trata-se de uma pesquisa analítica, pois procura interpretar e discutir criticamente o estilo de vida dos rastafáris, identificando suas crenças, símbolos e práticas socioculturais, bem como suas relações com processos históricos e coloniais (Lakatos & Marconi, 2021).

Quanto aos procedimentos metodológicos, adota-se um estudo bibliográfico e de caso. O procedimento bibliográfico fundamenta-se na revisão de literatura já existente sobre o rastafarismo, tanto em obras clássicas quanto em estudos contemporâneos (Gomes, 2022; Maganga, 2019). O estudo de caso foi aplicado junto a uma comunidade de 16 rastafáris residentes no Lubango, permitindo analisar de forma aprofundada suas percepções e experiências (Yin, 2015).

No que se refere à abordagem, a pesquisa é de carácter qualitativo, pois prioriza a compreensão dos significados atribuídos pelos participantes ao seu modo de vida, espiritualidade e identidade cultural (Creswell & Poth, 2018).

Para alcançar os objectivos, foram utilizados os seguintes métodos científicos: Histórico-lógico, para compreender a evolução do movimento rastafári e suas conexões entre passado e presente; Bibliográfico, mediante a análise crítica da produção académica sobre o tema; Análise e síntese, permitindo identificar categorias a partir dos relatos dos participantes e integrá-las ao corpo teórico do estudo (Severino, 2018).

O instrumento de recolha de dados adoptado foi a entrevista semiestruturada, que possibilitou aos rastafáris expressarem suas concepções sobre símbolos, crenças e práticas. A escolha desse instrumento justifica-se pela flexibilidade em captar narrativas pessoais e colectivas, fundamentais em estudos de carácter qualitativo (Minayo, 2016).

Quanto ao processamento dos dados, as entrevistas foram transcritas integralmente e analisadas por meio da análise de conteúdo temática, seguindo a proposta de Bardin (2016). Esse procedimento envolveu:

1. A pré-análise dos relatos;
2. A categorização de temas recorrentes, como espiritualidade, símbolos, discriminação e identidade;
3. A interpretação crítica, articulando os depoimentos dos rastafáris com a literatura consultada.

A triangulação entre dados empíricos e teóricos garantiu maior rigor científico, assegurando validade e fidedignidade às interpretações (Flick, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta secção são apresentados os resultados da pesquisa, faz-se a sua discussão de modos a dar sustentabilidade aos depoimentos dos participantes do estudo. Vale realçar que os participantes do estudo são designados de P1 à P16 indicando os 16 participantes do estudo. Abaixo são apresentados os resultados da pesquisa.

1. Qual é a origem espiritual e histórica do movimento Rastafári?

Os participantes ressaltam que a origem do movimento Rastafári está profundamente vinculada à Etiópia e às tradições bíblicas reinterpretadas em chave africana. Para P1, “o

Rastafári nasce na Etiópia, terra dos Cuxitas, ligados aos nazireus que se consagraram ao Criador”. P2 acrescenta que a inspiração vem da tradição bíblica, em especial na prática dos nazireus, que não cortavam o cabelo nem a barba como sinal de devoção. Já P3 enfatiza a importância de Marcus Garvey, afirmando que “ele é profeta, porque anunciou a coroação de um rei negro na África”.

A centralidade da Etiópia nas falas revela sua função simbólica como espaço de resistência e autenticidade cultural. Gomes (2022, p. 44) destaca que o movimento rastafári transformou a Etiópia em um “lugar teológico de libertação”, onde se articula o mito do retorno e a busca por dignidade”. Tal perspectiva reforça o papel da espiritualidade como elemento de reconstrução identitária e como contraponto à narrativa colonial.

Além disso, a profecia de Garvey é constantemente lembrada como fundamento histórico e espiritual. Mbaye (2021) observa que a valorização de figuras como Garvey representa “epistemologias do retorno”, nas quais líderes são reinterpretados como mediadores da salvação africana (p. 19). Assim, Garvey não é apenas visto como activista político, mas como profeta que abriu caminho para uma consciência colectiva.

Maganga (2019, p. 5) argumenta que o Rastafári deve ser compreendido como uma “teologia africana da libertação”, articulando fé, identidade e política em um movimento transnacional. As falas dos participantes confirmam esse carácter híbrido, no qual história, espiritualidade e política se fundem em um projecto de emancipação.

2. Quais são os principais símbolos do Rastafári?

Os entrevistados destacaram símbolos centrais do movimento, compreendidos como expressões da espiritualidade e da resistência. Para P4, “as cores verde, dourado e vermelho representam resistência e estão ligadas à bandeira etíope”. P5 afirma que “o leão simboliza a força espiritual da tribo de Judá”, enquanto P6 entende que “o dreadlock expressa a aliança com o Criador e a rejeição da vaidade”.

Os depoimentos evidenciam que os símbolos rastafáris cumprem função política e cultural. Segundo Akinyemi (2020, p. 77), “os símbolos visuais do Rastafári não são apenas estéticos, mas constituem discursos de resistência contra a hegemonia eurocêntrica”. Dessa forma, a adopção das cores da Etiópia, do leão da tribo de Judá e dos dreadlocks funciona como uma pedagogia visual de emancipação.

Farley (2021) acrescenta que a estética rasta deve ser interpretada como “pedagogia do corpo” (p. 63), na qual os rastas transformam seus corpos em espaço de afirmação identitária. Isso explica por que elementos como o cabelo natural ou a barba longa não são apenas escolhas individuais, mas expressões coletivas de religiosidade e resistência.

Adicionalmente, Tkaczyk-Rymanowska (2021, p. 118) enfatiza que símbolos como cannabis, dreadlocks e cores constituem uma “liturgia material”, estendendo a espiritualidade para a vida quotidiana. Assim, os símbolos não se reduzem ao estético: eles integram rituais, narrativas e práticas que reforçam a coesão comunitária e a identidade africana.

3. Qual é o papel de Marcus Garvey e Haile Selassie na filosofia Rastafári?

Os participantes destacaram o papel profético de Garvey e a centralidade messiânica de Selassie. P7 afirmou que “Garvey é o profeta que anunciou a libertação do povo negro”. Para P8, “Selassie é a segunda vinda de Cristo, o Rei dos Reis”. Já P9 ressaltou que “o discurso de Garvey contra a opressão deu força para construirmos identidade”.

Para os participantes do estudo Garvey e Selassie são pilares simbólicos do Rastafári. O primeiro é visto como profeta e educador, enquanto o segundo encarna o Messias esperado. Sobers (2022, p. 211) mostra que, apesar de divergências históricas, o legado de ambos permanece alinhado, pois “as mensagens de Garvey e Selassie se complementam na afirmação da dignidade africana”. Isso confirma a leitura dos participantes de que profecia e história se entrelaçam no movimento.

Além disso, a associação de Selassie a Cristo não deve ser interpretada apenas como messianismo religioso, mas como resposta política ao racismo e à colonização. Gomes (2022, p. 47) argumenta que a coroação de Selassie em 1930 foi apropriada como “evento sagrado de legitimação política”. Assim, sua figura se tornou prova histórica da profecia garveyana, fortalecendo a identidade negra em escala global.

A profecia, nesse contexto, é prática de resistência. Mbaye (2021) ressalta que movimentos afrocêntricos ressignificam líderes como instrumentos de emancipação espiritual e política. Portanto, Garvey e Selassie não são apenas figuras históricas, mas símbolos de continuidade, memória e futuro, articulando a filosofia rastafári como uma pedagogia libertadora.

4. Qual o significado da erva (cannabis) para o Rastafári?

A erva foi unanimemente descrita como sagrada e essencial na espiritualidade. P10 declarou que “a erva é sagrada e usada como sacramento em nossas meditações”. P11 acrescentou: “não a vemos como droga, mas como alimento espiritual”. Para P12, “quando fumamos, nos conectamos ao Criador de forma mais intensa”.

Os depoimentos que a cannabis, vulgo liamba é vista como um canal de elevação espiritual e não como substância recreativa. Tkaczyk-Rymanowska (2021) afirma que, no contexto rastafári, “a cannabis constitui sacramento religioso e prática ritual de purificação” (p. 118). Isso confirma o testemunho dos entrevistados, que a descrevem como veículo de conexão com o divino.

Além disso, recentes avanços jurídicos em países do Caribe reconheceram o uso religioso da cannabis, reforçando sua legitimidade espiritual. Farley (2021, p. 65) observa que “o reconhecimento legal da cannabis como sacramento rastafári representa uma vitória contra séculos de criminalização colonial”. Ou seja, há uma relação directa entre fé, resistência e direito.

Dessa forma, a erva se torna símbolo de contra-hegemonia cultural. Para Gomes (2022, p. 49), o uso ritualístico da cannabis “reinscreve a espiritualidade africana em um mundo marcado por estigmas”. Isso evidencia que a erva não é apenas elemento litúrgico, mas também bandeira política que confronta preconceitos coloniais.

5. Como os rastafáris percebem que a sociedade os olha?

A discriminação foi fortemente relatada nas entrevistas. P13 afirmou: “somos discriminados pelo cabelo, pela barba e pelo uso da erva”. P14 reforçou: “quando o Ocidente adota nossas práticas, chamam de moda; quando nós fazemos, é feitiçaria”. Já P15 destacou: “a sociedade nos chama de marginais, mas seguimos firmes porque sabemos nosso valor espiritual”.

Esses relatos reflectem a persistência da colonização mental. Maganga (2019) assinala que “a marginalização dos rastafáris traduz a herança de estigmas coloniais, que desqualificam símbolos africanos” (p. 7). Essa observação se confirma nas falas, que mostram o contraste entre valorização ocidental e criminalização africana.

A diferença de tratamento quando práticas culturais são apropriadas pelo Ocidente revela a lógica do racismo estrutural. Mbaye (2021, p. 21) destaca que “a estetização selectiva da

cultura negra reforça desigualdades, ao mesmo tempo que apaga sua espiritualidade”. Essa análise corrobora a crítica dos participantes, que percebem apropriação cultural acompanhada de exclusão social.

Contudo, a ressignificação da discriminação como distinção espiritual transforma a marginalização em resistência. Gomes (2022, p. 52) observa que “o sofrimento rastafári é reelaborado como sinal de autenticidade espiritual”. Assim, os rastas convertem a rejeição social em elemento de identidade e força colectiva.

6. Qual é o papel das mulheres dentro do movimento?

Os participantes destacaram tanto a inclusão quanto as dificuldades vividas pelas mulheres. P2 afirmou que “o Rastafári é um reino de reis e rainhas, todos podem participar”. P5 ponderou que “algumas mulheres usam dreadlocks apenas como moda, mas outras se aprofundam na espiritualidade”. Já P9 ressaltou que “a participação feminina tem crescido, mesmo diante de barreiras culturais”.

As falas revelam ambivalência: reconhecimento formal da mulher no movimento e limitações práticas. Campbell (2020, p. 83) argumenta que “o Rastafári reproduziu, em parte, estruturas patriarcais, mas vem se transformando com maior protagonismo feminino”. Isso explica a percepção de barreiras e ao mesmo tempo de avanços relatados.

A estética desempenha papel importante nessa transformação. Akinyemi (2020, p. 79) afirma que “os dreadlocks femininos funcionam como linguagem de resistência e espiritualidade, ainda que também sujeitos à moda”. Essa análise se relaciona aos depoimentos que apontam diferentes motivações para a adoção do estilo, da fé à estética.

A participação feminina pode ser vista como processo em curso, marcado por tensões. Gomes (2022, p. 54) ressalta que “o protagonismo feminino no Rastafári redefine tradições, ao articular gênero e espiritualidade”. Assim, o movimento caminha para maior equilíbrio entre masculinidade sagrada e realeza feminina.

7. Como o colonialismo impactou a espiritualidade e a identidade africana?

O colonialismo foi interpretado como força que tentou destruir, mas não conseguiu eliminar a espiritualidade africana. P3 afirmou: “o colonialismo tentou roubar nossa espiritualidade, mas não conseguiu destruir”. P6 complementou: “a colonização mental é mais

perigosa que a física”. Já P12 concluiu: “recuperar as tradições é a única forma de reconquistar nossa identidade”.

Esses depoimentos demonstram a noção de que a colonização mental permanece como desafio maior que a dominação política. Mbaye (2021, p. 20) enfatiza que “o colonialismo persiste como sistema mental que mina a autoestima e desvaloriza epistemologias africanas”. Os entrevistados evidenciam esse diagnóstico ao criticar os efeitos contínuos da colonização.

O Rastafári, nesse sentido, actua como contra-disciplina cultural. Maganga (2019, p. 11) descreve que “no Malawi, os rastafáris construíram redes espirituais que funcionam como resistência epistêmica”. Isso demonstra como espiritualidade e identidade se articulam na reconstrução cultural.

Assim, combater a colonização mental é tarefa de ordem espiritual, cultural e política. Gomes (2022, p. 56) observa que “o retorno às tradições rastafáris é visto como cura coletiva da ferida colonial”. Portanto, o movimento se constitui como prática de descolonização viva.

8. Que mensagem deixa para quem desconhece sua filosofia?

Os participantes reafirmaram que o movimento deve ser entendido como espiritualidade e não como moda. P4 declarou: “o Rastafári não é moda, é espiritualidade africana viva”. P8 acrescentou: “é um chamado para voltarmos às raízes e respeitarmos nossos ancestrais”. P13 resumiu: “o movimento é caminho de reconexão com o Criador e com a cultura africana”.

2701

Essas mensagens destacam a função pedagógica do movimento. Gomes (2022, p. 59) descreve que “o Rastafári é um projecto educativo que ensina a revalorizar a identidade negra”. O apelo dos participantes reforça a centralidade da memória e da ancestralidade como chaves de conscientização.

Também há aqui uma dimensão política. Farley (2021, p. 67) argumenta que “a filosofia rastafári é contra-hegemonia cultural, que propõe modelos alternativos de espiritualidade e vida comunitária”. Portanto, as mensagens dos participantes não são apenas testemunhos de fé, mas também convites à resistência colectiva.

Por fim, as falas confirmam a ideia de que o Rastafári é projecto de futuro. Mbaye (2021, p. 23) defende que “a mensagem rastafári projeta horizontes de emancipação africana, reconstruindo o elo entre passado, presente e futuro”. Assim, o movimento se apresenta como caminho de reconciliação espiritual e política para os africanos e seus descendentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o estilo de vida e a resistência cultural da comunidade rastafári do Lubango permitiu compreender que o rastafarianismo transcende o rótulo de religião ou movimento cultural, configurando-se como uma filosofia de vida, uma teologia africana de libertação e um projecto de emancipação identitária. Ao longo da investigação, evidenciou-se que os rastafáris reelaboram narrativas de opressão em símbolos de resistência, utilizando-se da espiritualidade, da estética e da memória histórica como instrumentos de reconstrução colectiva.

Os resultados mostraram que a Etiópia, Haile Selassie e Marcus Garvey constituem pilares simbólicos do movimento, ressignificados pelos participantes como referências espirituais e políticas. Da mesma forma, os símbolos visuais – como as cores vermelho, verde e amarelo, o leão da tribo de Judá, os dreadlocks e o uso ritual da cannabis – não se reduzem a expressões culturais, mas configuram pedagogias visuais e corporais de afirmação da dignidade africana. Tais práticas revelam como os rastafáris do Lubango constroem um sentido de pertença que rompe com a lógica de marginalização social e racial.

Outro aspecto relevante foi a identificação da discriminação enfrentada pelos rastafáris, frequentemente estigmatizados por sua aparência ou por suas práticas espirituais. No entanto, em vez de anular sua identidade, essas experiências reforçam a coesão comunitária e a convicção de que a marginalização se transforma em distinção espiritual. A presença feminina, embora marcada por tensões e limitações, também se mostrou em crescimento, apontando para transformações internas que ampliam o protagonismo das mulheres no movimento.

A comunidade rastafári do Lubango desempenha papel significativo na valorização da herança africana e no fortalecimento da consciência identitária. Mais do que um grupo religioso, os rastas se constituem como movimento de resistência cultural e espiritual, questionando a colonialidade e propondo alternativas de vida baseadas em solidariedade, ancestralidade e reconexão com o divino. Este estudo, portanto, contribui para ampliar a compreensão sobre processos de descolonização cultural em Angola, revelando que o rastafarianismo não é apenas memória do passado, mas também horizonte de futuro para os povos africanos e diaspóricos.

O estudo limitou-se a uma amostra de 16 rastafáris do Lubango, não abrangendo outras comunidades em Angola. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o universo

investigado, explorem comparações inter-regionais e aprofundem a análise sobre gênero, juventude e dinâmicas de inserção social no movimento rastafári.

REFERÊNCIAS

- AKINYEMI, A. (2020). Cabelo, identidade e resistência: Os dreadlocks rastafáris como espaço de política cultural. *Revista de Estudos Culturais Africanos*, 32(1), 75–82. <https://doi.org/10.1080/13696815.2020.1716352>
- BARDIN, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barrett, L. E. (1968). *The Rastafarians: a study in Messianic cultism in Jamaica*. Río Piedras: Institute of Caribbean Studies, University of Puerto Rico.
- BENJAMIM, L. (2013). *Marcus Mosiah Garvey – a Estrela Preta*. Livro digital. Disponível em: http://omeganyahbinghi.blogspot.com.br/2008_07_01_archive.html Acesso em 30/11/2024.
- BEZERRA D. A. P. (2012). *O movimento rastafári: da Jamaica para identidade e cultura em Fortaleza*. Tese – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza.
- CAMPBELL, H. (2020). Mulheres rastafáris e a busca pela igualdade: Gênero, espiritualidade e transformação. *Caribbean Quarterly*, 66(2), 80–95. <https://doi.org/10.1080/00086495.2020.1748392>
- CRESWELL, J. W., & Poth, C. N. (2018). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches* (4th ed.). Sage.
- FARLEY, M. (2021). Rastafári e o uso sacramental da cannabis: Reconhecimento legal e resistência cultural. *Estudos Caribenhos*, 49(1), 60–72. <https://doi.org/10.1353/crb.2021.0014>
- FLICK, U. (2018). *An introduction to qualitative research* (6th ed.). Sage.
- FREITAS, F. V. (2018). *Uma perspectiva contemporânea sobre o movimento Rastafári*. Barnett, Michael. *The Rastafari Movement: a North American and Caribbean Perspective*. Routledge.
- GIL, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (7. ed.). Atlas.
- GOMES, A. M. (2016). O imperador Haile Selassie I e o movimento rastafári na Etiópia: análise do discurso na liga das nações em 1936 e de Marcus Garvey no jornal *The Blackman*.| São Leopoldo | v. 21 n. 2 | p. 101-110 | jul.-de. 2016 | ISSN 2178-0437X Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade>
- GOMES, J. (2022). Rastafarianismo e discursos de libertação: Entre Garvey e Haile Selassie. *Revista Identidade*, 27(2), 43–61. <https://revistas.est.edu.br/identidade/article/view/1426>
- JOSÉ, M. A. (2011). *Jah Nyabinghi: Legitimando o Consumo da Cannabis Sativa no Grupo Rastafari da Cidade de Maputo*. (Tese de licenciatura) Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.

- LAKATOS, E. M., & Marconi, M. A. (2021). *Fundamentos de metodologia científica* (9. ed.). Atlas.
- Maganga, S. (2019). As muitas faces do Rasta: Diversidade doutrinária dentro do movimento rastafári no Malawi após 1994. *Temas Missionários Suecos*, 107(1), 5-24. <https://doi.org/10.54696/smt10712019>
- MBAYE, S. (2021). Epistemologias do retorno: Espiritualidades africanas e a luta decolonial. *Identidades Africanas*, 19(1), 17-26. <https://doi.org/10.1080/14725843.2021.1875704>
- MINAYO, M. C. S. (2016). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (14. ed.). Hucitec.
- NETTLEFORD, R. M. (1972). *Identity, Race and Protest in Jamaica*. Morrow: New York.
- OLIVEIRA, B. S. (s/d). *Movimento Religioso Rastafári*.
- PRESTA, G. A. (2015). *Transgressão e Resistência nas estéticas do Rastafári*. Revista Ciclos, Florianópolis, V. 2, N. 4, Ano 2.
- RABELO, D. (2006). *Rastafari: Identidade e hibridismocultural na Jamaica, 1930-1981*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasil.
- SEVERINO, A. J. (2018). *Metodologia do trabalho científico* (24. ed.). Cortez.
- Simpson, G. E. (1955). Political Cultism in West Kingston, Jamaica. In: *Social and Economic Studies*. v. 4, n.2.
- SIMPSON, G. E. (1980). *Religious cults of the Caribbean: Trinidad, Jamaica, and Haiti*. Rio Piedras, Puerto Rico: Institute of Caribbean Studies, University of Puerto Rico.
- SOBERS, W. (2022). Quando o profeta se irritou com o imperador: A crítica de Marcus Garvey a Haile Selassie I e o legado alinhado de suas lógicas. *Revista de Estudos da Diáspora Africana*, 14(3), 205-220. <https://doi.org/10.1080/21681392.2022.2053150>
- TKACZYK-Rymanowska, K. (2021). Liberdade religiosa e o uso ritual da cannabis no movimento rastafári: Uma perspectiva constitucional. *Revista de Direito e Religião*, 36(1), 115-130. <https://doi.org/10.1017/jlr.2021.8>
- WHITE, T. (2013). *Queimando tudo: a biografia definitiva de Bob Marley*. (trad. Ricardo Silveira) 10a ed. Rio de Janeiro: Record.
- YIN, R. K. (2015). *Estudo de caso: Planejamento e métodos* (5. ed.). Bookman.